

# O papel da escola e da sociologia no processo de sucessão rural: a necessidade de uma ação prática e motivadora

*Sociology and School roles in the rural succession process: the necessity of a practical and motivating action.*

■ Edenilson dos Santos da Costa

## Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o papel da escola, através da disciplina de Sociologia, e da própria família ao motivar o jovem a permanecer no campo e no desenvolvimento da agricultura familiar. O método utilizado foi a realização de entrevistas em profundidade com agricultores e professores de sociologia. Os resultados apontam para o interesse dos pais com relação à sucessão rural, assim como, a necessidade de que este tema seja trabalhado em sala de aula, pois até hoje apenas duas escolas de ensino médio no município de Santo Antônio da Patrulha - RS concederam alguma atenção a esse problema social.

## Palavras-chave:

Sucessão Rural; Agricultura Familiar; Escola. Sociologia.

## Abstract

This article aims to discuss the role of school, through the discipline of Sociology and the whole family itself in order to motivate young people to stay in the countryside and in the development of family farming. The method used was the conducting of interviews with farmers and sociology teachers. The results point to the interest of parents in relation to rural succession, as well as the need for this issue to be worked in the classroom, because until now only two of the high schools in Santo Antônio da Patrulha - RS gave some attention to this social problem.

## Key-words

Rural Succession; Family Farming; School. Sociology.

## Introdução

A sucessão rural é um processo que tem sido tema de diversos debates e pesquisas nas últimas décadas. Uma série de eventos como conferências e plenárias que discutem políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar tem sido organizadas por entidades ligadas a movimentos de juventude rural, e até mesmo órgãos governamentais, que criam programas de incentivo a permanência do jovem no campo.

Os debates também despertam o interesse de pesquisadores da área que percebem a importância da sucessão rural para a manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar, responsável por grande parte do abastecimento do mercado interno de alimentos no país, assim como, motivam o estudo desenvolvido aqui. A problemática desta pesquisa questiona a visão das famílias sobre a importância da sucessão rural, através da permanência dos seus filhos no campo e na agricultura familiar, assim como, a função desempenhada pela escola no que se refere a motivação destes jovens, mais especificamente através da disciplina de Sociologia aplicada nas escolas de ensino médio.

A cada dia, muitos jovens saem das propriedades rurais de suas famílias à procura de oportunidades de emprego e educação nos centros urbanos, causando um “inchaço” nas cidades e um esvaziamento do campo. Esse movimento de migração se dá por uma série de fatores determinantes tais como: a) a falta de garantias de renda; b) pouco acesso a atividades de cultura e lazer; c) pouca oferta de cursos profissionalizantes ou aperfeiçoamento no trabalho do campo; d) falta de infraestrutura para o tratamento de saúde, acesso ao transporte público, internet e meios de comunicação.

Ao mesmo tempo em que se percebe esta falta de motivação para a permanência no campo, nota-se um crescimento na busca por alimentos saudáveis produzidos a partir da agricultura orgânica, com ausência de agrotóxicos e transgênicos. Os governos aprovam leis para o incentivo da produção agrícola familiar, criam projetos de aporte a esta atividade e políticas públicas de desenvolvimento agrário, mas pouco investem no sentido pedagógico das escolas localizadas nas zonas rurais, que orientem a criança e o jovem a permanecer no campo. A educação falha nos seus currículos quando insiste na manutenção de um sistema que atende apenas ao mercado, tratando de formar apenas mão de obra qualificada para uma sociedade de consumo desenfreado, que não respeita o meio ambiente e produz cada vez mais mentes vazias e mecanizadas.

É necessário buscar um equilíbrio econômico sustentável, inclusivo e que saiba aproveitar os potenciais produtivos de cada espaço geográfico e social. A partir do problema da sucessão rural, faz-se necessário discutir a importância desse processo para a harmonia social e econômica das próprias famílias de agricultores, sendo a escola e a disciplina de Sociologia um espaço de discernimento para a permanência dos jovens no campo. Nesse sentido, o estudo desenvolvido questiona se as famílias acreditam que a sucessão rural pode proporcionar melhor futuro aos seus filhos? A escola motiva o aluno a permanecer no campo para seguir as atividades rurais de sua família e assim se assumir como agricultor? E como a disciplina de sociologia pode ser útil nessa tarefa?

O objetivo deste trabalho, além de conhecer a opinião dos pais sobre o processo de sucessão rural, é discutir o papel da escola e da disciplina de sociologia como instrumento de conhecimento e transformação social, e a necessidade de assumir um currículo que estimule a permanência do jovem no campo. O método a ser aplicado para o desenvolvimento desta pesquisa são entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores e professores de Sociologia do Município de Santo Antônio da Patrulha - RS<sup>1</sup>.

Como hipótese de trabalho se acredita que a escola tem pouca influência na permanência dos jovens no campo, em virtude de muitos destes serem influenciados pelas famílias a procurar outras alternativas para a sua subsistência, sobretudo, pelo entendimento de que o trabalho pesado é menos valorizado que o trabalho intelectual. Além disso, o currículo escolar não está preparado para uma forma alternativa de economia sustentável, pois pouco enxerga o desenvolvimento humano aliado a técnicas de produção agrícola. A própria escola incentiva o jovem a sair do campo em busca de conhecimento, sem ao menos ventilar a possibilidade de uma vida próspera a partir da agricultura familiar.

## Contextualização e desafios para a sucessão rural

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% de seu total (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). O contexto histórico do Brasil, voltado para a urbanização da sociedade a partir da década de 1970, com as políticas de industrialização e modernização do país, apresentava um forte movimento migratório para as cidades. A consequência desse movimento migratório, sobretudo para agricultores de pequeno porte, trouxe reflexos estruturais para a sociedade brasileira. Sendo que muitos deixavam o campo atrás de melhores condições de vida. De acordo com Ricardo Abramovay:

a urbanização brasileira, a partir de 1970, não se limitava a algumas poucas aglomerações inchadas pelos refugiados de condições de vida absolutamente miseráveis no campo, mas se diversificava nacionalmente e exercia um forte poder de atração sobre a população rural por sua dinâmica própria e por sua capacidade de geração de renda (ABRAMOVAY, 1998, p.3).

Ainda nos dias de hoje percebemos o aumento populacional nas cidades brasileiras em relação às zonas rurais. Essa situação é causada por uma série de questões que afastam o jovem do meio rural. Problema associado principalmente a “migração do campo para a cidade” (CASTRO, 2012, p.439). Dentre as causas que promovem a migração, podemos destacar as seguintes: a) falta de oportunidades de estudo; b) poucas opções de lazer e atividades culturais; c) dificuldade de acesso à bens de consumo e serviços (como a internet); d) sentimento de negação com relação a seguir com as atividades

---

<sup>1</sup> Município localizado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com população estimada em 41.784 habitantes, (IBGE, 2014) área territorial de 1.049,807 Km<sup>2</sup>.

realizadas pelos pais; e) tentativa de fuga da visão preconceituosa que atribui ao interiorano o atraso, o “caipira”, o “colono”, e outros adjetivos que lhe oprimem pejorativamente.

Além destas questões que causam a não permanência do jovem no meio rural, podemos destacar, principalmente, a pouca expectativa no que se refere às questões econômicas. Visto que, o pequeno agricultor depende de uma série de fatores para que obtenha uma boa produção, tais como: a) o clima, b) controle de pestes que atacam tanto a produção agrícola quanto a pecuária, c) armazenamento e estocagem da produção, d) preço no mercado, entre outros.

Desta forma, o jovem acaba buscando uma alternativa mais viável de sobrevivência, preferindo deixar a propriedade rural, onde muitas vezes é herdeiro, para buscar espaço no mercado de trabalho na condição de empregado. Ou, quando possível, completa seus estudos com a ajuda da família a fim de tornar-se um profissional habilitado para outras funções. Poucos são os casos em que o jovem retorna para a sua propriedade e dá segmento a atividade desenvolvida pelos pais. Além disso, muitas vezes os próprios pais acabam por incentivar os filhos a saírem do meio rural, devido as dificuldades pelas quais passaram, ou mesmo por não perceber um futuro bom em permanecer trabalhando na terra, na maioria das vezes em serviços pesados que demandam demasiado esforço físico.

## Sucessão rural e a agricultura familiar

A sucessão familiar rural, ou simplesmente sucessão rural, como iremos tratar aqui, é um tema que vem ganhando espaço tanto nos debates relacionados às políticas públicas de desenvolvimento rural quanto no meio acadêmico. Com uma série de pesquisas e discussões que percorrem as últimas décadas, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina e Europa. De acordo com Elisa Guaraná de Castro:

A sucessão e a transferência da propriedade da terra, herança patrimonial da família, segue padrões como o minorato ou a primogenitura (o filho mais novo ou o mais velho é o herdeiro preferencial), dentre outras formas, como estratégias para manter a pequena propriedade familiar indivisível e evitar que se pulverize (CASTRO, 2012, p. 439).

É da sucessão rural que depende a manutenção e continuidade da agricultura familiar, principalmente, considerando as características próprias desta categoria. Entende-se por agricultura familiar “as formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção, e executora das atividades produtivas” (NEVES, 2012, p. 33)

Desta forma, a agricultura familiar é caracterizada pela utilização da mão de obra familiar (com o trabalho executado por pessoas ligadas por parentesco ou consanguíneas) e também por possuir a propriedade das terras onde vive e trabalha, não havendo relação patronal por fim. Em geral,

também é identificada pela produção agrícola e pecuária para consumo próprio em minifúndios com o excedente voltado para o mercado interno. O marco regulatório para a agricultura familiar no Brasil é a Lei nº 11.326/2006<sup>2</sup>, que permitiu a sua inserção em estatísticas oficiais.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, (IBGE, 2006) a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos de produção brasileiros, distribuída em 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Os outros 75,7% de área ocupada pertencem à agricultura não familiar (que não se enquadraram na definição de agricultura familiar, quer pelo limite de área, quer pelo limite de renda). Mesmo ocupando uma área menor do solo nacional, a agricultura familiar é uma das grandes responsáveis pela segurança alimentar do povo brasileiro, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Existe também uma forte conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar. A criação da Lei nº 11.974/2009<sup>3</sup>, determinou que no mínimo 30% do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>4</sup> deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações.

Desse modo a produção destes alimentos passou a ter ao menos um destino certo. A iniciativa do FNDE, além de incentivar a produção agrícola sustentável valorizando a produção regional que respeita a tradição local e a sua sazonalidade, visou também a inserção de uma alimentação diversificada e mais saudável às crianças em idade escolar.

Outro dado importante a ser constatado é a ocupação da mão de obra que a agricultura familiar promove. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, foram registradas 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar, o que representava 74,4% da mão de obra agrícola total ocupada no país. Os estabelecimentos considerados não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que representava 25,6% do pessoal ocupado na agricultura. Ou seja, a agricultura familiar ocupa quase o triplo da mão de obra utilizada pelo agronegócio, promove geração de renda, movimenta a economia e garante a segurança alimentar do país, causando um impacto menos nocivo ao meio ambiente do que a outra.

De acordo com o IPEA (Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada), na ocupação da mão de obra a agricultura familiar é ainda mais intensiva: ocupa ao mínimo 15 pessoas a cada 100 ha, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas por 100 ha (IPEA, 2011). Desta forma, percebe-se que a mão de obra empregada dentro das propriedades familiares é bem aproveitada, pois

<sup>2</sup> LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

<sup>3</sup> LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

<sup>4</sup> Mais informações em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar> >

todo o “lucro” gerado pela força do trabalho realizado permanece junto à família, assim como, os tributos trabalhistas recolhidos retornam como benefício previdenciário para dentro do próprio núcleo familiar.

Diante da economia de mercado, calcada nos princípios do capitalismo, onde a força de trabalho é posta à venda ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor (MARX, 1867), a agricultura familiar vem na contramão desse sistema. Valoriza o trabalho, respeita o meio ambiente, e proporciona ao trabalhador rural a autonomia e a dignidade tão merecida.

## O que pensam as famílias de agricultores

Ao longo deste trabalho, foram realizadas entrevistas com 15 famílias compostas por agricultores do município de Santo Antônio da Patrulha – RS. Muitas delas participantes da feira de produtos orgânicos, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR. O estudo priorizou agricultores com filhos em idade escolar para conhecer a opinião destes com relação à participação da escola no processo de sucessão rural, assim como, a sua visão sobre o interesse do jovem pela agricultura e a vontade das famílias de que seus filhos sigam na propriedade como agricultores.

Além dos questionários aplicados na pesquisa, a conversa informal com os agricultores foi bastante proveitosa. Parte das entrevistas foi realizada na própria feira, próximo ao seu horário de encerramento, ao entardecer. Todos estavam bastante contentes com a venda realizada durante a tarde e foram receptivos aos questionamentos, demonstrando grande interesse em expor suas opiniões. As demais entrevistas foram realizadas durante a entrega dos produtos destinados a merenda escolar, que é concentrada junto ao STR do município.

A primeira questão<sup>5</sup>, relacionada à vontade do jovem em permanecer no campo ou procurar outra ocupação nos centros urbanos, foi respondida de acordo com o esperado pela literatura. Pois embora de maneira diferente, todos apontaram para o fato dos jovens terem a vontade de seguir para as cidades. Alguns ainda colocaram como exemplo a própria família, disseram que os filhos homens demonstram vontade de permanecer, enquanto as filhas mulheres querem seguir outras profissões. Esta resposta comprova a tese de Camarano e Abramovay (1998), quando falam em “masculinização do campo”. Embora não seja uma regra, pois entre as famílias entrevistadas, uma destaca que a filha mais velha estuda agronomia para seguir no campo, em sua grande maioria, as filhas mulheres dentre as famílias entrevistadas tendem a buscar outra ocupação.

Outras respostas relacionadas a esta primeira pergunta apontam para a busca de melhores condições de infraestrutura, como transporte público, acesso à internet e a realização de cursos. Fato que ainda é uma realidade no meio rural, seja pela insuficiência de investimentos por parte do poder público ou mesmo da iniciativa privada. Também foi apontada a busca de uma renda fixa em curto prazo, além de direitos trabalhistas como férias e 13º salário, o que nem sempre é possível no meio rural, considerando o processo natural de incertezas da agricultura, como preparação da terra, plantio

---

<sup>5</sup> Questionário 1, questão 1: Em sua opinião, atualmente o jovem do campo tem interesse em permanecer na propriedade dos pais e seguir na agricultura, ou procura outra ocupação nos centros urbanos?

da semente, cuidados com as plantas até a colheita, estocagem e venda dos produtos. Embora algumas propriedades pratiquem o cultivo diversificado de plantas, o calendário agrícola nem sempre é preciso, o que demanda um planejamento estratégico para o ajuste financeiro do produtor rural.

A segunda questão<sup>6</sup> efetuada buscou conhecer o interesse das famílias na permanência dos filhos na propriedade rural e no trabalho com a agricultura familiar. Dos 15 agricultores e agricultoras entrevistados apenas um deles admitiu que preferia que os filhos saíssem à procura de outra profissão nos centros urbanos, principalmente motivado pela falta de oportunidades no campo. As demais famílias afirmaram à vontade de que os filhos permaneçam ligados à agricultura, apresentando respostas com grande convicção, clareza e argumentos concretos.

Para a maioria dos entrevistados, atualmente há muitas possibilidades para quem permanece no campo. Como assistência técnica, financiamento de terras para filhos de agricultores como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)<sup>7</sup>, entre outros que visam à aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Aliado a estas facilidades, as campanhas de incentivo à alimentação saudável fomentam o consumo de alimentos orgânicos, produzidos principalmente pela agricultura familiar e que se encontram em expansão no mercado de consumo. O aumento populacional gera um consumo de alimentos cada vez maior, o que demanda uma maior produção. Esses agricultores familiares têm consciência do seu papel nesse processo, pois entendem que é necessário conservar as propriedades rurais e estimular a sucessão das suas atividades para que continue existindo alimentos para a população crescente.

Destaca-se também entre as respostas a compreensão do conceito de condição social entre os agricultores. Um dos entrevistados falou da relação patrão-empregado que se tem no sistema capitalista, preferindo que o filho trabalhe na sua própria terra ao invés de ser explorado por alguma empresa. Pois o lucro que tiver no seu trabalho enquanto agricultor permanecerá na sua família. Enquanto se estiver na situação de empregado o lucro produzido pela sua força de trabalho irá para o empregador. Esta resposta mostra o grau de clareza que os agricultores possuem com relação ao sistema econômico vigente, assim como vai ao encontro da teoria marxista, no que se refere ao capitalismo e a exploração da mão de obra de uma classe sobre outra. Esta resposta apresenta a vontade de buscar alternativas que minimizem os danos de um sistema exploratório e busque uma economia mais sustentável.

Outro ponto destacado, e não menos considerável para a permanência dos jovens no campo foi a qualidade de vida. Muitos pais gostariam que seus filhos permanecessem no campo pelo contato direto com a natureza, a ingestão de alimentos saudáveis produzidos dentro da propriedade em que vivem. O convívio familiar, o trabalhar junto a lavoura e as demais lidas do campo, também foram sinônimos do fortalecendo de laços afetivos e busca por um crescimento conjunto enquanto seres humanos e trabalhadores. Além de manterem seus filhos afastados dos problemas típicos dos centros urbanos, como as drogas diversas e a violência.

<sup>6</sup> Questionário 1, questão 2: O senhor/senhora gostaria que seu filho/filha seguisse como agricultor/agricultora? Por quê?

<sup>7</sup> Programa desenvolvido pelo ministério do desenvolvimento agrário – MDA. Mais informações em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa> >

## Sucessão rural e a educação

Embora comprovada a importância da agricultura familiar no processo produtivo brasileiro e a mão de obra que este setor emprega, ainda assim percebe-se a falta de interesse de muitos jovens do campo pelo trabalho ligado à terra. A própria escola “tradicional” acaba sendo ausente no que se refere ao estímulo aos seus alunos em permanecer ligados à agricultura familiar.

Nos últimos anos, movimentos ligados aos jovens têm crescido e tomado espaço em debates referentes a políticas públicas voltadas para a juventude nos mais diferentes âmbitos socioculturais e econômicos. A juventude rural tem especial destaque pela sua mobilização e organização, influenciando os órgãos governamentais em todas as esferas a desenvolver programas que atendam às suas demandas. Entidades como sindicatos, federações de trabalhadores, Pastoral da Juventude Rural, tem um papel determinante para o processo de continuidade do jovem no campo. Inclusive pautando suas prioridades junto a órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

No caso do Município de Santo Antônio da Patrulha, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, ligado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG/RS, percebe esta demanda e desenvolve uma série de projetos para fomentar a agricultura familiar e estimular a sucessão. Dentre estes se destacam os projetos “Propriedade Destaque” e a “Feira de Produtos Orgânicos”.

O projeto “Propriedade Destaque”, teve início no ano de 2013 e consiste em fazer um acompanhamento técnico direto nas propriedades cadastradas no STR, estimulando a produção orgânica. Ao final de cada ano a propriedade que mais se destaca pela sua produtividade, além de um prêmio em dinheiro, recebe a oportunidade de seu proprietário efetuar intercâmbio no interior da França, para conhecer algumas técnicas utilizadas por lá na produção familiar. A “Feira de Produtos Orgânicos” também contribui para incrementar a renda familiar. Incentiva o cultivo de produtos orgânicos e, de acordo com o STR, apresenta resultados consideráveis no que se refere a possibilidade de sucessão em algumas propriedades. Estes incentivos tem feito com que muitos jovens dediquem-se às suas propriedades rurais juntamente com suas famílias.

Enquanto essas entidades tem prestado especial atenção ao jovem, a escola, que deveria ser o espaço de formação e construção social, parece que pouco colabora para a permanência do jovem no campo. De acordo com a Secretaria Municipal da Educação de Santo Antônio da Patrulha – SEMED existem atualmente 40 escolas públicas em funcionamento, sendo 16 municipais e 24 estaduais. Destas, 27 estão localizadas no interior e apenas 13 na zona urbana. Dentre as escolas de ensino médio, (sem contar o Núcleo Estadual de Ensino de Jovens e Adultos - NEEJA) três encontram-se na sede do município e apenas uma no interior.

De acordo com o Censo Escolar de 2014<sup>8</sup> desempenhado pela Secretaria Estadual da Educação, foram matriculados 1249 alunos nas três escolas de ensino médio localizadas na zona urbana e 135 alunos na escola localizada na zona rural, totalizando 1384 alunos matriculados no ensino médio em

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas\\_mi\\_est\\_2014.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_est_2014.pdf) - Acessado em 22/03/2016.

todo o município. Destes alunos, em torno de 620 vivem na zona rural<sup>9</sup>, ou seja, quase a metade dos alunos matriculados nas três escolas da sede provém da zona rural onde se desenvolve a agricultura familiar. Embora muitos alunos venham do interior, mas não significa que sejam agricultores. Muitas famílias apenas residem em zonas rurais e trabalham em outros segmentos. Apesar dessa realidade, é notória a característica rural no município.

Nota-se, no entanto, que embora haja um número maior de escolas de ensino fundamental no interior, pouco se faz no sentido de trabalhar questões voltadas à sucessão rural. Sabe-se também que o currículo escolar não diferencia escolas rurais e urbanas. Não há, neste sentido, estímulo por parte da escola ao desenvolvimento da agricultura familiar.

No currículo escolar do ensino médio, dentre as Ciências Humanas, consta a disciplina de Sociologia, justamente com o propósito de trabalhar determinados conceitos como instituições sociais, classe, poder, cidadania, estruturas sociais, identidades sociais, movimentos sociais, entre outros, com o objetivo de buscar um maior entendimento dos alunos com relação a assuntos pertencentes a sua realidade social. De acordo com a Base Nacional Curricular Comum - BNCC<sup>10</sup>,

ao colocar os/as estudantes frente a tais conceitos, o ensino de Sociologia pretende fazer emergir um processo cognitivo que modifica o ângulo a partir do qual, muitas vezes, eles/as observam e vivenciam determinados eventos como naturais. Com esse processo, também se espera provocar a curiosidade em torno dos fenômenos sociais presentes nas sociedades, incentivando a formulação de perguntas sobre a realidade social, muito especialmente sobre aquela na qual vivem. (BRASIL, 2016, p. 297).

Se nota então que a sucessão rural não é definida especificamente como tema a ser trabalhado pela disciplina de Sociologia, pois atualmente a BNCC busca um entendimento da sociedade como um todo, sem especificar nenhum tema distinto. Mesmo tendo a disciplina o intuito de discutir a realidade social do aluno, este tema ainda é pouco explorado nas escolas. Seja porque o professor não tem o conhecimento necessário sobre o assunto e pouco conhece sobre a realidade individual dos seus alunos, seja porque não sente a obrigação de abordá-lo, visto que a própria BNCC não lhe dá importância.

Também existe, de certo modo, um contrassenso no apoio às políticas públicas de incentivo à produção agrícola familiar. Como demonstrado anteriormente, a Lei nº 11.974/2009 estabelece que parte da merenda escolar deva ser oriunda da agricultura familiar. Desta forma, o cumprimento desta lei depende do cultivo destes produtos. Para que sejam cultivados, é necessário o trabalho do

---

<sup>9</sup> Dados levantados junto ao Setor de transporte Escolar da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, que fornece passagem para estes alunos.

<sup>10</sup> Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC. Mais informações em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> .

agricultor. Na medida em que a sucessão rural for diminuindo, automaticamente estes produtos reduzirão, não serão enviados para as escolas e esta lei se tornará ineficiente.

Desta forma, cabe à escola, enquanto espaço de construção social, incentivar o debate das políticas públicas de juventude, em especial, a juventude rural. Muitas vezes pela falta de informação e incentivo, o jovem do campo acaba migrando para a cidade e disputando vagas no mercado de trabalho, sem ao menos visualizar a possibilidade de emprego e renda dentro da propriedade familiar.

No caso de Santo Antônio da Patrulha, por exemplo, sabendo da realidade dos alunos de ensino médio, onde grande parte se desloca de zonas rurais para estudar, é muito pertinente que essa reflexão seja feita. É relevante que a escola considere a questão da sucessão rural, por mais que não seja obrigatório ao professor abordar a temática, e mesmo que não estejamos em uma *escola do campo*<sup>11</sup>, o campo é a realidade de vida de muitos alunos.

Cabe à escola desconstruir alguns rótulos criados em torno da imagem do agricultor. A visão preconceituosa que os apresenta como atrasados, incultos e até mesmo ingênuos, há muito não condiz com a realidade. Segundo Maria José Carneiro (1998):

Essas contribuições são importantes, ao apontarem para a alternativa metodológica de não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Nos últimos anos, muitos agricultores investiram em qualificação profissional e inovações tecnológicas para melhoria das suas atividades. Além de possuírem um forte engajamento político e social, capaz de provocar uma série de debates e despertar o interesse acadêmico sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país no que se refere à saúde, sustentabilidade, geração de emprego e renda, entre outros.

O camponês atrasado à muito tempo deixou de representar a realidade da população do campo. Isso se prova também pela própria opinião dos agricultores sobre a importância que a escola possui ao estimular a permanência do jovem no campo<sup>12</sup>. Apenas uma família das 15 entrevistadas respondeu negativamente quanto a esta questão, destacando que o jovem deve ter um futuro melhor,

<sup>11</sup>A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da educação do campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (MOLINA, SÁ, 2012, p. 324).

<sup>12</sup>Questionário 1, questão 3: O senhor/senhora acredita que a escola deva estimular os filhos de agricultores a permanecer no campo? por quê?

“não passar tanto trabalho e ganhar um bom salário”. As demais famílias entrevistadas, ao contrário, são favoráveis à escola que incentive a permanência do jovem no campo para que se tenha maior valorização do trabalho do agricultor, além de mostrar que a agricultura pode ser uma alternativa de trabalho para a geração de emprego e renda. Destacaram também a importância de fazer com que os alunos saibam de onde vem a merenda escolar consumida por eles, a fim de que compreendam a importância da agricultura familiar.

Sabendo que existem poucos professores que trabalham com uma temática da sucessão rural os agricultores destacam que este pode ser um fator que desmotive o aluno a permanecer no campo. Muitas vezes, a falta de informação ou mesmo interesse do professor pela temática acaba por desconsiderar essa realidade em sala de aula. Como bem apontam os próprios agricultores, é necessário ao professor cada vez mais aprofundar-se na realidade que lhe cerca e promover um debate que produza o conhecimento e a busca por soluções dos problemas que ainda estão presentes no campo, como acesso a atividades de cultura e lazer, melhorias estruturais de acessibilidade e acesso a sistemas digitais, necessários para a promoção da própria cidadania.

A escola é fundamental dentro do processo de desenvolvimento social. A Sociologia, enquanto disciplina aplicada aos alunos de ensino médio deveria propor o debate de forma mais incisiva, a fim de que o que se discute em sala de aula tenha fundamento para o aluno. Conforme bem apontam Bridi, Araújo e Motim (2009):

A escola distanciou-se de sua função social de ser espaço de aprendizagem e de construção do conhecimento, quando o professor tornou-se transmissor de lições e de modelos construídos por especialistas. Na medida em que passou a trabalhar com conteúdos sem significação para o aluno e tampouco para si, restou ao aluno copiar e repetir sem entender e ao professor copiar e repassar (BRIDI, ARAÚJO e MOTIM, 2009, p.89).

Muitos jovens acabam desistindo de estudar justamente pelo afastamento que a escola reproduz sobre a sua realidade. A escola deve estar conectada com a realidade do seu público alvo. Como já indagava Paulo Freire, “porque não estabelecer uma necessária intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1996, p.15).

Mas no caso da temática da sucessão rural não é isso que acontece. Questionário aplicado com 5 professores que trabalham a disciplina de Sociologia nas quatro escolas públicas de ensino médio de Santo Antônio da Patrulha –RS demonstrou que, por mais que considerem importante abordar a questão da sucessão rural, apenas dois professores, em algum momento, se dispuseram a aprofundar-se nessa realidade.

O professor que leciona na escola de ensino médio localizada na zona rural afirmou que já trabalhou o tema da sucessão rural com seus alunos<sup>13</sup>. Embora se saiba que nem todos os alunos que vivem em zonas rurais sejam oriundos de famílias de agricultores, esse tema entrou em algum momento no planejamento deste professor. Dos professores que atuam nas três escolas da zona urbana, apenas uma respondeu ter trabalhado esse tema com seus alunos, enquanto os outros três responderam nunca ter levantado a questão da sucessão rural. Com relação à questão dois<sup>14</sup>, todos os professores concordaram que a sucessão rural é um tema importante a ser tratado. Uma das professoras inclusive destacou que, ao responder o questionário desta pesquisa, despertou o seu interesse em trabalhar o assunto, acreditando ser necessário valorizar o jovem para o trabalho e a permanência no meio rural.

De acordo suas respostas para a questão 3<sup>15</sup>, os professores manifestaram que o tema da sucessão rural poderia ser tratado pela disciplina de Sociologia a partir de questionamentos bastante pertinentes como: a) a situação das famílias que dependem da agricultura para sobreviver, b) a ocupação de novos postos de trabalho por quem sai do campo rumo as cidades e da dificuldade do mercado em absorver essa nova mão de obra, c) além de discussões sobre a necessidade da reforma agrária, fazendo um resgate histórico sobre as políticas de distribuição de terras.

Os professores também destacam a necessidade de entendimento dos alunos no que se refere ao desenvolvimento rural e urbano, onde há mais investimentos nos centros urbanos do que no interior. Mostrando assim a disparidade existente e a necessidade de ajustes nestes investimentos por parte dos governos. A partir dessa reflexão, também é possível trazer a escola as questões voltadas para a juventude que busca seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos e de direito, apresentando ações que foram discutidas nos últimos anos como o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>16</sup>, além de programas desenvolvidos e discutidos em outros países que também tratam da sucessão rural.

De acordo com os Objetivos de Aprendizagem do Componente Curricular da Sociologia no Ensino Médio, constantes na BNCC, dividido entre os três anos do ensino médio, cada um destes anos deve contemplar o seguinte: a) 1º Ano: Iniciação à perspectiva sociológica – a relação entre o eu e o nós; b) 2º Ano: Processos de formação de identidades políticas e culturais; c) 3º Ano: Compreensão das formações políticas, da democracia e da cidadania e compreensão sociológica do trabalho. (BRASIL, 2016, p. 299 e 300).

Embora o tema da Sucessão Rural não esteja inserido especificamente como assunto a ser tratado no ensino médio na BNCC, a sugestão é de que ele possa ser inserido nos três anos dentro de temáticas mais amplas, relacionadas às representações sociais e culturais, trabalho, cidadania e

---

<sup>13</sup> Questionário 2, questão 1: Enquanto professor (a) de Sociologia, você já trabalhou o tema da sucessão rural em sala de aula?

<sup>14</sup> Questionário 2, questão 2: Na sua opinião, a sucessão rural é um tema importante a ser tratado?

<sup>15</sup> Questionário 2, questão 3: Como esse tema poderia ser abordado pela disciplina de Sociologia?

<sup>16</sup> Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Mais informações em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> >

movimentos sociais. Segundo o documento, enquanto orientação pedagógica logo ao primeiro ano do ensino médio:

recomenda-se que o/a professor/a parta da realidade do/a estudante, relacionando sua vida cotidiana com processos sociológicos que lhe permitam compreender melhor a complexidade da vida social. Para isso, um dos recursos a serem adotados pode ser o uso, de forma didática e lúdica, da prática da pesquisa de campo, da aplicação de questionários e da análise de dados (BRASIL, 2016, p. 298).

Desta forma, é possível enquadrar a temática da sucessão rural dentro desta proposta de ensino. Visto que, se encontra presente dentro da realidade social de muitos alunos, e mesmo aos que não vivenciam isso, serve como pano de fundo para discussões relacionadas a solução de problemas sociais como outras possibilidades de emprego e renda, êxodo rural, produção de alimentos.

Para o segundo ano a dinâmica de aprofundamento aos conhecimentos relacionados à sociedade continua com orientações pedagógicas distintas, sendo previsto:

que o/a professor/a valorize os debates atuais sobre identidades juvenis, movimentos sociais por direitos de minorias e diferentes formas de violências como a violência contra a mulher, o racismo e a homofobia, entre outras. Preferencialmente, deve-se partir da realidade vivenciada pelos/as estudantes (BRASIL, 2016, p. 298).

Nota-se que o foco nesse caso é, principalmente, questões de identidade juvenil, além dos movimentos sociais das minorias. A proposta pedagógica na BNCC vai tornando-se mais complexa, até chegar ao terceiro ano, conforme segue:

Para isso é fundamental mobilizar os conceitos que permitam que o/a estudante seja capaz de articular as formas de organização social e as identidades sociais e culturais, trabalhadas nas séries anteriores, com as formas de organização do poder e as formas históricas de organização do mundo do trabalho. Entre esses conceitos os mais importantes são: poder, participação social e política, direitos e deveres, globalização e novas relações de trabalho. [...] Como orientação pedagógica, recomenda-se que o/a professor/a tome como formas de autoritarismo e democracia, sobre a participação social e política e o exercício da cidadania. No que se refere a dimensão do trabalho, recomenda-se que utilize meios didáticos capazes de aproximar a reflexão da realidade contemporânea e concreta dos/as estudantes, discutindo Projetos de Futuro a partir de suas trajetórias e de sua uma compreensão do mundo do trabalho e dos desafios que se impõe aos jovens (BRASIL, 2016, p. 299).

Embora o conteúdo para o 3º ano seja mais voltado para o entendimento das relações de poder e do funcionamento no Estado, é possível perceber que o documento apresenta uma característica básica para todos os três anos do ensino médio: a busca pela compreensão a partir da realidade de cada indivíduo. E a realidade de metade desses alunos é o meio rural. A partir desta constatação, se percebe necessário um maior aprofundamento dos próprios professores em conhecer a realidade dos seus alunos, ou mesmo das características socioeconômicas da região onde lecionam, a fim de otimizar sua tarefa enquanto docentes. Isso irá possibilitar a escola cumprir seu papel na sociedade, e a disciplina de Sociologia trabalhar com especial atenção o crescimento do estudante enquanto cidadão, independente de sua escolha pelo campo ou cidade.

## Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foi possível discutir o papel da escola e da disciplina de Sociologia como instrumento de conhecimento e transformação social. Assim como, a necessidade de assumir um currículo que estimule a permanência do jovem no campo, a fim de que a agricultura familiar continue se desenvolvendo através da sucessão rural, de maneira fortalecida, cumprindo seu papel enquanto alternativa de trabalho digno e fundamental para o abastecimento do mercado interno brasileiro.

Os questionários aplicados com 15 famílias de agricultores do município de Santo Antônio da Patrulha - RS apresentaram uma grande vontade por parte da maioria deles de que seus filhos permaneçam nas propriedades familiares, desenvolvendo a atividade herdada de seus pais. Fato esse que refutou parte da hipótese inicial, quando se afirmou que as famílias estimulariam o jovem a sair do campo pelo fato de o trabalho braçal ser menos valorizado que o trabalho intelectual.

Os agricultores justificam a vontade pela continuidade do jovem na agricultura familiar, devido: a) a existência de políticas de incentivo à permanência do jovem no campo por parte dos governos; b) a demanda cada vez maior pela produção de alimentos, c) a conscientização enquanto donos da propriedade e da própria mão de obra, onde inexistente a relação patrão-empregado; d) pela qualidade de vida que o campo oferece, no que se refere a alimentação saudável, convívio familiar e afastamento de problemas com uso de drogas e violência. Também apontam para a importância da escola no incentivo a permanência do jovem no campo.

Mesmo sabendo que muitos alunos residem em zonas rurais, onde a maioria deles são filhos de pequenos agricultores, a escola não desenvolve assuntos ligados a sua realidade. Preocupando-se apenas em repassar os conteúdos curriculares básicos, ao invés de proporcionar o entendimento dos alunos sobre os reais problemas sociais que lhes cercam. Essa falta de diálogo com a realidade social dos alunos acaba por desmotivar cada vez mais a sua aceitação como jovem agricultor.

Dos professores de ensino médio entrevistados e responsáveis pela disciplina de Sociologia, poucos trabalharam o tema da sucessão rural dentro da sala de aula. Embora considerem um assunto importante, visto que mais da metade dos alunos que frequentam o ensino médio residem em zonas rurais. Nesse sentido, a Sociologia enquanto disciplina tem um papel importante na transformação social a partir do currículo escolar, tratando pontualmente este assunto, refletindo a partir de dados

concretos e da vivência destes alunos, contribuindo para um melhor entendimento do aluno sobre a sua condição social, suas possibilidades e conflitos diante da sociedade.

Foi possível confirmar parte da hipótese de trabalho que afirmava que a escola possui pouca influência na permanência dos jovens no campo, mesmo sendo de interesse da maioria das famílias a permanência de seus filhos na propriedade rural. Além disso, o currículo escolar não está preparado para atuar conectado com uma forma alternativa de economia sustentável, pois pouco enxerga o desenvolvimento humano aliado a técnicas de produção agrícola.

A própria escola ao invés de motivá-lo, incentiva o jovem a sair do campo em busca de conhecimento, sem ao menos ventilar a possibilidade de uma vida próspera a partir da agricultura familiar. Confirma-se desta forma a necessidade da escola enquanto espaço de construção da cidadania, aproximar-se da realidade dos alunos e desenvolver discussões pertinentes à sua realidade, a fim de que se possam romper as barreiras do preconceito e da desinformação acerca da condição sócio cultural de seus estudantes, promovendo uma sociedade mais justa e solidária.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, nº 1, jan/dez 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum*. 2016. Disponível em <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC\\_CIH&tipoEnsino=TE\\_EM](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_CIH&tipoEnsino=TE_EM)>. Acessado em: 31/03/2016.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República; Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 11.326/2006*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>, Acesso em: 20/03/2016.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República; Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.947/2009*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)> Acessado em: 20/03/2016.
- BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Sílvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. *Ensinar e aprender Sociologia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CAMARANO, Ana Amélia. ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização do Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 1999.
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA, 1998.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em < [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro2006_agricultura_familiar.pdf) > Acessado em: 20/03/2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Ano 8, edição 66, 2011.

MARX, Karl. *O capital* crítica de economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In CALDARTI, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In CALDARTI, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOVAES, Regina. Juventude/juventudes? *Comunicações ISER*, n. 50, 1998.

*Edenilson dos Santos da Costa - Formado em História – UNISINOS; Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio – FURG. E-mail: edenilsonscosta@gmail.com.*